

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 30-11-2017.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoní Medina, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 056/17 (Processo nº 2686/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 233/17 (Processo nº 2121/17), de autoria de Carolina Rouseff e Professor Bernardo; o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 013/17 (Processo nº 2433/17), de autoria de Cláudio Janta; os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 044 e 045/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 301, 302 e 303/17 (Processos nºs 2752, 2753, 2750, 2751 e 2754/17, respectivamente), de autoria de Felipe Camozzato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 320/17 (Processo nº 2915/17), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 209/17 (Processo nº 1809/17), de autoria de Sofia Cavedon. Também, foi apregoado o Ofício nº 1849/17, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 025/17 (Processo nº 3051/17). Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Rodrigo Kist Engroff, Diretor de Região do Sindicato dos Agentes, Monitores e Auxiliares de Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca da falta de servidores na Superintendência dos Serviços Penitenciários e da presença da Brigada Militar nos presídios. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Cláudio Conceição, Tarciso Flecha Negra, Mônica Leal, Adeli Sell, Comandante Nádia, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista e Roberto Robaina manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Conceição e Roberto Robaina. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e um minuto às quinze horas e dois minutos. A seguir, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Alex Fernando Trindade, por solicitação de Adeli Sell. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra e Aldacir Oliboni. Após, foi apregoado o Ofício nº 023/17, de autoria de Sofia Cavedon, informando, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, sua participação, no dia trinta de novembro do corrente, em reunião na Câmara Municipal de Esteio – RS. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, nesta Sessão destinado à apresentação da Força Tarefa da Polícia Civil que combate o roubo aos usuários do transporte coletivo de Porto Alegre, nos termos do artigo 180, § 4º, do Regimento. Compuseram a Mesa: Mauro Pinheiro,

presidindo os trabalhos; Fábio Motta Lopes, Carlos Henrique Braga Wendt e Joerberth Nunes, delegados de polícia; e Cleiton Freitas, Presidente da Associação de Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul. Após, nos termos do artigo 180, § 4º, incisos I e II, do Regimento, o Presidente concedeu a palavra a Fábio Motta Lopes e a Carlos Henrique Braga Wendt, que se pronunciaram sobre o tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mônica Leal, Moisés Maluco do Bem, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Marcelo Sgarbossa e Paulinho Motorista. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Comandante Nádia. Após, o Presidente concedeu a palavra a Carlos Henrique Braga Wendt, para considerações finais. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e dez minutos às dezesseis horas e doze minutos. A seguir, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Às dezesseis horas e treze minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Mauro Pinheiro e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Agentes, Monitores e Auxiliares de Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul – Amapergs-Sindicato, que tratará de assuntos relativos à falta de servidores na Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe e à Brigada Militar nos presídios.

O Sr. Rodrigo Kist Engroff, Diretor de Região, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. RODRIGO KIST ENGROFF: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, cumprimentamos V. Exa. e estendemos os nossos cumprimentos a todos os demais Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal da cidade de Porto Alegre. Um agradecimento especial ao nosso nobre colega de segurança pública, o Ver. Cláudio Conceição, que foi um dos que atenderam o nosso pedido e que muito nos incentivou a trazer esta discussão para a Câmara Municipal de Porto Alegre.

Temos aqui alguns colegas que compõem uma comissão de aprovados no último concurso realizado para a Superintendência dos Serviços Penitenciários. Como o tempo é curto, eu gostaria de poder otimizá-lo. Hoje se fala muito na questão de segurança pública, e, quando se toca no assunto, é sempre com aquilo que aparece, com o que se tem a questão da visibilidade, que são as outras vinculadas que compõem a Secretaria de Segurança Pública, a exemplo da Brigada Militar, que faz um excelente trabalho. Aqui temos uma colega, a Comandante Nádia, que é Vereadora, que compõe os quadros da Brigada Militar. A Brigada Militar tem uma atividade-fim, que é o

policciamento preventivo, que é o policiamento ostensivo, assim como a Polícia Civil tem a Polícia Judiciária, que é responsável pela investigação de crimes.

Quando se faz um investimento somente nessas áreas – e há muito tempo o nosso Estado vem priorizando somente o que aparece –, nós não resolvemos o problema da criminalidade, nós trazemos cada vez mais problemas. Hoje, este tema traz muito com os Municípios, porque não é o Estado ou a União que fica com o problema, e sim a Cidade. Hoje, nós temos a cidade de Porto Alegre comemorando um momento, mas tem uma cadeia pública hoje, que era o Presídio Central, que era considerado o pior da América Latina. Há mais de 20 anos, numa medida emergencial, o Governo do Estado, à época, substituiu, por falta de efetivo, os servidores da Susepe. Naquela oportunidade, nós tínhamos em torno de 2 mil presos no presídio e somente dez agentes penitenciários de plantão. Dez para cuidar de 2 mil! Hoje, o Presídio Central gira em torno de 4 mil presos e nós temos quase 500 policiais militares lá dentro. Aí se vê como se faz a inversão dos recursos. Muito se coloca sobre falhas, mas elas acontecem por falta de investimentos. Há pouco, foi mostrado que mais de R\$ 82 milhões foram gastos com diárias para policiais militares que estavam nos presídios. Isso em 6 anos; em 20 anos seria um valor muito maior, e quantos servidores penitenciários poderiam ser contratados? E, efetivamente, esses policiais militares estariam na sua atividade fim, combatendo o crime na rua, no bairro. Hoje está se criando uma nova penitenciária dentro do mesmo espaço do Presídio Central, vai se colocar mais uma cadeia que foi permutada pelo Governo do Estado no espaço da Fundação de Desenvolvimento e Recursos Humanos, que foi fechada, vendida para o Grupo Zaffari. Então é mais uma casa prisional dentro do mesmo espaço.

Muito se diz que o sistema prisional precisa de acompanhamento, e o Governo do Estado, neste momento, lança mão de um projeto criando uma subsecretaria da administração penitenciária como se isso fosse resolver algum problema. A Susepe tem projeto. Hoje se fez um cálculo que para resolver o problema desse presídio no Município de Porto Alegre, em 30 meses, somente com o gasto de água e luz, não se fala em manutenção em geral, teria o custo de R\$ 60 milhões. Só com o desperdício de água do presídio, em 30 meses estaria solucionado o problema do Presídio Central em Porto Alegre. Mas isso não se leva em consideração. Há poucos dias nós tivemos a notícia, e a ocupação da Pecan 2, pela Brigada Militar, pela falta de efetivo da Susepe. Muitas vezes a nossa categoria deu a resposta, nestes momentos de crise, onde foi chamada para fazer uma força-tarefa em vários presídios. Por que não se discutiu, naquele momento, de se fazer uma força tarefa da própria superintendência? Infelizmente, no Estado hoje, nós estamos caminhando na contra-mão, e os senhores e as senhoras, Vereadores, são a única voz que nós temos para mudar isso que vem acontecendo. Aqui temos mais o Dr. Thiago que é do IGP, sabe bem do que se fala, da questão de ser esquecido dentro da Secretaria de Segurança.

Infelizmente, nesta contra-mão nós temos aí desta Comissão, são 2.825 aprovados para serem chamados pelo governo do Estado. O governo fez um concurso, inicialmente, prevendo somente 720 vagas, das quais chamou somente 480. Uma nova modalidade, até um parcelamento, digamos assim, de nomeação. Não tínhamos visto

algo nesse sentido, até por que essas pessoas que passaram, dentro do limite de vagas, e como prevê o cadastro reserva, elas têm o direito de tomar a posse de seu cargo, juntamente com esses que estão aí que vão tomar posse no próximo dia 11 e 12 deste mês.

Muito se disse que não teria capacidade hoje na escola integrada para fazer a formação desses servidores. Pois bem, a Susepe conseguiu um espaço uma Universidade, La Salle, e também da UERGS, para que esses servidores fossem chamados. Mas, infelizmente, mais uma vez o governo do Estado, fez uma opção de retirar o policiamento das ruas da Capital, do nosso Estado, para colocar dentro de um presídio. Essa cadeia com capacidade para 400 presos, tem uma previsão de entrar em funcionamento no mês de abril, maio deste ano, agora. E quem é que vai operar mais esta casa prisional? Parece que se fala muito em questões de pautas, que as pautas são corporativas. Não, aqui é uma pauta efetivamente social. Nós estamos no nosso Estado, infelizmente andando na contra-mão. Com muito apoio dos senhores e das senhoras, dos partidos que compõem a bancada do Estado do Rio Grande do Sul, no governo federal, nós conseguimos um feito inédito de conseguir o reconhecimento na Constituição Federal, através de uma PEC, que tramitou no Senado Federal, que foi aprovada em dois turnos, da criação da polícia penal e transforma todos os servidores da Superintendência dos Serviços Penitenciários, o que realmente consolida o direito, porque, de fato somo, de direito, não. Consolida esse fato na Constituição do nosso País. Agora, nesta semana, todas as bancadas assinaram o requerimento para que entre na Ordem do Dia a votação na Câmara Federal. Então, não tem como entender o Rio Grande do Sul – que sempre teve a capacidade de ser exemplo mesmo com toda a dificuldade no sistema prisional – dar um passo à retaguarda. Nós estamos voltando onde outros Estados estão discutindo, a exemplo de Santa Catarina, a criação do novo órgão, um órgão firme, capaz de atender aos anseios do Estado, no Rio Grande do Sul, nós estamos colocando outras pessoas dentro de uma subsecretaria para gerenciar o sistema penitenciário. Então, há no mínimo uma incoerência e entendemos também como um desrespeito isso que vem acontecendo por parte do Governo. E infelizmente não tem como se ter um diálogo para que se possa avançar. E isso, da questão da criminalidade, vem assolando a todos nós, a exemplo de que ninguém está livre, na semana passada, nós tivemos infelizmente o Chefe da Casa Militar do Governo do Estado assaltado, o seu carro foi roubado! O Coronel da Polícia Militar, Chefe da Casa Militar, teve o seu carro roubado, ou seja, todos somos possíveis vítimas do crime. Enquanto não tivermos uma unidade para buscar, no Governo do Estado, uma moção de apoio e é isso o que vimos pedir aqui na Câmara Municipal, para que efetivamente o Governo do Estado chame esses novos servidores e nós possamos dar uma resposta ao que tanto a sociedade nos pede todos os dias, que é mais segurança. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Rodrigo a compor a Mesa.

O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento e prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu achei mais do que oportuna a questão da presença do presidente do Sindicato, o colega e agente Rodrigo Kist que está aqui para poder ressaltar a urgência e a importância de nós estarmos batendo e confrontado a questão da segurança pública, sobretudo, a questão dos agentes penitenciários e da segurança nos presídios. Falo isso com a autoridade de quem tem visitado cada presídio do Estado do Rio Grande do Sul, tenho feito isso há cinco meses, visitando presídio após presídio e tenho ouvido de perto a realidade da falta de agentes para fazer um trabalho tão importante na questão da segurança. Alguns meses atrás, nós tivemos a retirada dos agentes da segurança, os agentes penitenciários da Reforma da Previdência porque o relator disse que não havia periculosidade no trabalho de agentes penitenciários. Ora, não há periculosidade no trabalho de quem guarda aqueles que fazem todo o malefício aqui fora, que roubam, estupram e fazem um caos na segurança pública do Estado? São esses homens e mulheres que estão lá dentro dia após dia, cuidando, colocando ordem no caos. Aí, vem um relator dizendo que não há periculosidade no trabalho desses agentes. Estive no presídio de Getúlio Vargas, estive em Passo Fundo, estive em outras cidades onde há presídios e constatei, de fato, são cerca de cem presos para um agente apenas cuidar deles. A ideia que se passa para nós aqui é que está tudo bem, que os presídios estão saneados, que está tendo condição de ser feita a questão dos presídios, o que é uma grande inverdade. Nós estamos colocando esses homens e mulheres, em termos de periculosidade, porque cuidar desses homens, o que vão fazer dois agentes para cuidar de duzentos apenados? Então, é mais do que importante nós estarmos ressaltando e dando eco. Esta Casa é importante porque aqui vai reverberar a questão da necessidade de nós termos mais agentes ali e serem chamados aqueles que foram aprovados no concurso e já deviam estar lá trabalhando, e assim quantos outros estão ali. Nós precisamos hoje que a voz chegue ao Sr. Governador, ao Sr. Secretário de Segurança para que possam dar atenção a esses homens e mulheres que fizeram as provas, que foram aprovados, que se esforçaram e tiveram êxito no concurso e que estão aptos, estão prontos para desenvolver um trabalho que já deveriam estar fazendo. A sociedade está clamando por segurança pública, essa é uma demanda mais do que urgente, mais do que necessária. Segurança pública é um clamor popular, e nós não podemos fechar os olhos e nem os ouvidos a esse clamor. E nós que fazemos segurança pública – está aqui presente o nosso delegado de polícia e o Diretor do Departamento da Polícia Civil, que cuidada força-tarefa -, nós que somos agentes da segurança pública fazemos esse trabalho com a nossa própria vida, primeiramente, colocamos a nossa vida para servir a comunidade, e não podemos permitir que seja silenciado o clamor daqueles que fazem segurança pública. Muito mais do que salário em dia, nós precisamos valorizar quem faz segurança pública, e o momento de valorizar é quando temos vida e estamos aptos para fazer o trabalho. Um abraço ao agente Kist, um abraço a todos que passaram no

concurso, e que vocês possam, rapidamente, desenvolver o trabalho de vocês, porque a sociedade está dando boas-vidas a cada um de vocês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente; cumprimento o Sr. Fábio Motta Lopes, delegado de polícia; o Sr. Carlos Henrique Braga, delegado de polícia, e o colega Ver. Cláudio Conceição pela sua fala. A sociedade clama por segurança, porque sem segurança nós, cidadãos, não temos para onde ir. Tudo que gira em torno de uma cidade, de um bairro tem que ter segurança: nos hospitais, nas escolas, em tudo. Os gestores que comandam o País, as cidades, os Municípios, não sei o que estão pensando. É lamentável o que vem acontecendo em Porto Alegre. E não é este Vereador que está falando, mas mais um cidadão de Porto Alegre, e tenho contato com várias pessoas no Centro que também afirmam isso, que precisamos de segurança. A segurança é prioridade para o País, para a Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde, cumprimento os concursados que hoje estão aqui, o senhor que fez um depoimento muito bonito na tribuna, o meu colega Vereador, Cláudio Conceição. Impossível não retroagir no tempo. Se não me falha a memória, desde meu primeiro mandato, ocupo a tribuna para denunciar o descaso com a segurança pública. Segurança pública não tem sigla partidária, não tem ideologia política, não é prioridade dos nossos governantes, a não ser em discurso de campanha. Isso é inadmissível e não é de hoje. Então, fico muito feliz que não estou mais sozinha, porque durante uma boa caminhada ocupei aquela tribuna, quando muitos diziam que não era tarefa de um Vereador! É, sim, o Vereador tem que cobrar, tem que fiscalizar, porque Porto Alegre é credora de segurança pública do Governo do Estado. Faço questão de dizer aqui que estamos em situação de calamidade pública por termos, em um fim de semana, mais mortes violentas no Estado do que em períodos de conflito armado em países do oriente. Eu escutei todas as suas colocações, que são justas e extremamente importantes! Não consigo entender como é que nós não temos ainda este olhar para a segurança pública. O senhor deu a solução, apontou, quer dizer que temos pessoal competente, temos projeto, só não temos interesse. Eu queria entender por quê! Partido político sério tem projeto para a segurança pública. Se não tem projeto, busque aqueles que estão apresentando, prioriza, investe, está aí a solução. É o clamor da população. Estamos morrendo na rua como gado abatido. Conte com meu apoio, com a

bancada do Partido Progressista, inclusive para ir a Brasília procurar apoio da bancada Federal ou da Senadora Ana Amélia Lemos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, cumprimento o Rodrigo Kist Engroff, nosso visitante, o pessoal concursado, todas as pessoas que estão preocupadas com a segurança pública do Estado. Vou ser bem taxativo: os partidos que têm representação na Casa, a maioria deles, ou na Assembleia Legislativa, incluindo o meu, aí não é o caso do PSOL, que não passou pelo Governo, tem alguma culpa no cartório. Os partidos políticos grandes que passaram pelos governos do Estado não resolveram alguns problemas cruciais. Por isso que eu pedi, inclusive, para falar em nome da bancada de oposição de dois partidos, que temos aqui nos alinhados com preocupações que vão além das nossas siglas porque nós representamos um conjunto da Cidade que está preocupado com a segurança pública. Nós aqui, em Porto Alegre, vivemos a falta de policiais militares, que não deveriam estar nos presídios, pois não é essa a sua função – não é essa a sua função! Por isso que nós temos no Estatuto do Agente Penitenciário: depois de ter passado no concurso, é treinado e tem que estar dentro dos presídios, cumprindo a sua função. Nós queremos estar com os senhores nas mobilizações de rua, na pressão parlamentar em qualquer hora e qualquer lugar, sem de deixar de assumir também a mea-culpa que não cabe ao meu partido, que não cabe ao PSOL, por quem eu falo também, que não foi do Governo do Estado. Nós assumimos as nossas responsabilidades, tivemos avanços importantes, fizemos parte do dever de casa, mas não fizemos tudo e, por isso, nós temos que pagar essa dívida o quanto antes. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Eu registro a presença do nosso colega, sempre Vereador, Delegado Cleiton, que hoje preside a Associação dos Delegados do Rio Grande do Sul.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Muito obrigada, Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; cumprimento os colegas Vereadores e Vereadoras, fico feliz, nesta tarde, de ver esta Casa com mais alguns integrantes da segurança pública, Rodrigo, seja muito bem-vindo, assim como os concursados e os agentes da Susepe. Quero dizer que segurança pública é uma pauta que sempre esteve na cabeça das pessoas. Já dizia Maslow que as primeiras necessidades do ser humano são comida, água e dormir; e a

segunda necessidade é ter segurança, porque ninguém vai para a escola, se não tiver segurança; ninguém vai para um posto de saúde, se não tiver segurança; ninguém vai trabalhar, se não tiver segurança. E segurança, sim, é uma pauta que diz respeito a todos nós, cidadãos, principalmente daqueles que fazem parte da segurança pública. A Brigada Militar foi convocada para estar no Presídio Central, em uma força-tarefa que não duraria mais de 60 dias, estamos há anos ali. E tenha certeza, Rodrigo, assim como todos os agentes da Susepe e os concursados, que nós não temos interesse nenhum em estar ali. Nós queremos estar exatamente cumprindo o nosso papel, a nossa atribuição constitucional de estarmos na rua, e, sim, aumentando a sensação de segurança da população de Porto Alegre e de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Mas que nesse contingente, ao longo dos anos, passados muitos Governos, não se acertaram as condições para que a Susepe realmente assuma as casas prisionais no nosso Rio Grande do Sul. Isso é uma pena, porque muitas vezes nós vemos que a segurança pública, Presidente, é tratada como se fosse de governos, a segurança pública tem que ser tratada como do Estado do Rio Grande do Sul. Nós não aceitamos que governos façam desmandos na nossa segurança, seja na Susepe, na Brigada Militar ou na Polícia Civil, Ver Cláudio e Del. Cleiton. Nós somos polícias, nos somos agentes de segurança, agentes penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, e assim devemos ser tratados. Tenham em nós, Vereadores da Bancada do PMDB – Ver. Cecchim, Ver. Carús, Ver. Mendes, Ver. Valter e esta Vereadora – o apoio total para que, sim, a Susepe continue e esteja cada vez mais capacitada para assumir os presídios aqui do nosso Rio Grande do Sul. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Primeiro, cumprimento o Rodrigo e os concursados. Rodrigo, não sei se nós nos encontramos na Susepe, eu tive oportunidade de ser Corregedor-Geral da Susepe durante o primeiro ano do Governo Tarso Genro, e quero aqui me solidarizar, vi de perto, convivi, conheci antes, conhecia por fora e conheci por dentro. E realmente o que o Ver. Conceição disse que um agente penitenciário para cuidar – acho que essa seria a palavra – cuidar de 100 presos, Ver. Conceição, não é uma figura de linguagem, é realidade, e isso está piorando cada vez mais.

Depois, não quero partidizar a minha fala, mas é importante dizer que, no início do Governo Sartori, houve uma quantidade muito grande de servidores da Susepe que pediram a aposentadoria, esses servidores não foram repostos. O último concurso foi no Governo Tarso, em que foram chamados, que eu me lembre, foram chamados todos os concursados aprovados – foram 1.050. Realmente é um momento de a gente pensar naquilo que o Governador Tarso falava, ele usava a expressão “recuperação das funções públicas do Estado”. Então toda a política de valorização salarial não só para a

Susepe, para a Brigada, enfim, para os agentes todos da segurança, foi um marco, alguns reclamam dessa política adotada pelo Governo Tarso, mas foi um marco, e eu acho que era esse o caminho para qualificar, para evitar o crime. Muitas pessoas se perguntam como um celular entra num presídio, como que acontecem tais coisas, como que, de dentro do presídio, alguém consegue comandar o crime? Bom, a explicação é quase matemática: um para cuidar de cem não tem como cuidar na verdade. E está piorando, está diminuído a quantidade de agentes em relação à quantidade de presos.

Então, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa solidariedade. E que os concursados sejam chamados, é uma honra saber que pessoas se dispõem a fazer um trabalho tão nobre e tão difícil, mas, com certeza, é preciso quantidade. O tema da Brigada Militar no Presídio Central é muito delicado, a Comandante Nádia disse que não é desejo da Brigada Militar se manter lá. Isso é controverso, porque há, sim, quem defenda a manutenção da Brigada e acho que isso é um equívoco. Realmente a Susepe tem qualidade e deveria ter quantidade para poder assumir de vez toda a área penitenciária do Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Sr. Rodrigo Kist. É um prazer te ver na tribuna, para quem não sabe eu e o Kist trabalhamos juntos por bastante tempo, do que me orgulho, é um grande colega de serviço, posso falar isso transparentemente, além de jogarmos futebol juntos, muito bom zagueiro, por sinal. Cumprimento também os concursados, pois, com certeza, o pessoal batalha, faz o seu concurso, corre atrás e depois fica esperando. E é muito difícil, todo mundo tem família, tem a sua situação, e as coisas não podem ficar assim, na espera de serem chamados ou não. As pessoas não têm muito tempo para esperar, isso tem que ser para agora. Até porque os agentes penitenciários, conforme acompanhamos no nosso serviço, com o pessoal viajando conosco, nos plantões, estão sempre na correria, com todo aquele cuidado porque não é fácil. Para quem está de fora, é fácil falar, eu quero ver estar lá dentro para cuidar dos presos, de todas aquelas situações, onde o cara não pode piscar; se o cara piscar, sabe o que acontece.

Então, pode contar com a gente, Kist, no que for possível, na minha bancada do PSD, eu falo em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato, meu parceiro de bancada. Um grande abraço e sempre é uma alegria imensa recebê-los aqui, na Casa que é de vocês também. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento e prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, público que assiste a esta Sessão, e uma saudação especial ao Rodrigo, grande amigo, guerreiro, da Amapergs. Eu quero também, Rodrigo, que transmitas a minha saudação para o Flávio, presidente da entidade. A Amapergs tem sido uma entidade fundamental na defesa do serviço público aqui no Rio Grande do Sul. Eu tenho acompanhado a luta da entidade, uma luta dura, porque nós temos tido um quadro de muitos ataques ao serviço público. Eu tive a oportunidade de encontrar o Rodrigo como representante da Amapergs em outros embates. Ainda um embate que segue, que sabemos que é difícil, como a Reforma da Previdência, que ataca o conjunto dos trabalhadores e, especialmente, os servidores públicos também.

O Rodrigo, a Amapergs, os ativistas dessa importante entidade têm sido vanguarda na luta contra a Reforma da Previdência, assim como foram vanguarda, ao longo desse ano, contra os pacotes que foram levados adiante na Assembleia Legislativa. Desde janeiro deste ano, eu sei que a Amapergs tem sido protagonista de uma luta muito importante contra o desmonte do Estado do Rio Grande do Sul, contra o desmonte do serviço público e da segurança pública.

A Tribuna popular tem esse tema específico, essa reivindicação básica dos agentes penitenciários. Nós temos um quadro gravíssimo de desvio de função da Polícia Militar. A Polícia Militar, se não me falha a memória, se encontra no Presídio Central desde 1994, era para ser temporário. E creio que o número de policiais militares que estão no Presídio Central é superior ao número de policiais militares que garantem a segurança das ruas da nossa Capital. Então tem mais policiais militares em desvio de função no Presídio Central do que nas ruas da cidade de Porto Alegre.

Enquanto isso, os agentes não são chamados. Acho que o último concurso foram 1.500 ou algo assim, não pude escutar toda a fala do Rodrigo. Mil e cinquenta? E ainda não chegou nem à metade do número de agentes que foram chamados. Eu sei também que, agora, em Canoas, essa distorção que nós tivemos no Presídio Central de Porto Alegre está se reproduzindo na Pecan. Quer dizer, se vai se reproduzir em Canoas, se em Canoas também for temporário como nós vimos o temporário do Presídio Central, isso significa que nós estamos levando também para Canoas essa distorção que existe no Presídio Central em Porto Alegre. Então, supostamente, um presídio em Canos que teria uma ideia de presídio modelar já está quebrando um elemento fundamental de qualquer modelo, que é o fato de que, para ser agente, tem que ser agente, e a formação do agente não é a mesma formação da polícia militar, que não tem a qualificação dos agentes penitenciários para tratar do trabalho interno nos presídios. Essa distorção é muito grave, ela é parte de um desmonte geral da segurança pública, afinal de contas os trabalhadores que são especializados numa área não podem cumprir seu serviço, trabalhadores que não foram treinados para essa área têm desvios de função, estão nos presídios, e, nas ruas da Cidade, falta polícia militar.

Tudo isso num quadro em que nós sabemos que as verbas estão sendo reduzidas. O Ver. Sgarbossa me lembrava algo que é uma vergonha: o Estado do Rio Grande do Sul hoje é notícia nacional pelo fato de que os presos estão amarrados nas portas das delegacias, estão nos camburões, estão nos ônibus, quer dizer, há uma falência no sistema penitenciário. E a política do governo é uma política nacional de redução de cortes, e esse marco é um marco importante de nós termos em conta. Por quê? Porque a lógica que está dominando, Delegado Cláudio, hoje é uma lógica de ajuste fiscal, mas esse ajuste fiscal ele tem sido centrado nos serviços públicos mais necessários. Então, o Congresso Nacional votou um plano de congelamento durante 20 aos dos gastos sociais – durante 20 anos! Todos os economistas colocam... Agora nós temos escutado muito a ideia de que “a economia está recuperando”, “agora o Produto Interno Bruto vai crescer”. E tudo isso é uma falácia. A economia, em termos de Produto Interno Bruto, pode estar se recuperando, mas isso não quer dizer que a vida das pessoas vai melhorar. Por quê? Porque a lógica econômica que domina é uma lógica de continuidade desse ajuste. E a continuidade desse ajuste prevê o congelamento de gastos sociais por 20 anos. Quer dizer que a Saúde vai ter seus gastos congelados, a Educação vai ter seus gastos congelados, e os economistas dizem que para cumprir essa meta eles vão ter que reduzir – não só congelar – os investimentos sociais. E é lógico que a área da Segurança está nisso também, em redução de gastos. Só que no caso da Segurança nós temos um agravante, porque a política nacional de segurança está toda errada, porque parte de uma premissa. Qual a premissa do Estado brasileiro? A premissa do Estado brasileiro é redução do Estado social e aumento do Estado penal. Mas o aumento do Estado penal tem um foco nos pobres. Ou seja, há uma criminalização da pobreza no Brasil. Então toda a política de segurança pública, por exemplo, está focada ao redor da questão do comércio de drogas. É o centro da política. Não é, por exemplo, o trabalho e a investigação dos crimes contra a vida, que são muito mais graves do que o comércio ilegal de drogas. Então há uma política geral de segurança pública equivocada, há uma lógica de redução do Estado social e de aumento do Estado penal e, ao mesmo tempo, há falta de recursos para a segurança pública. Nesse quadro a situação só tende, infelizmente, a se agravar. Por isso é tão importante o trabalho e a resistência de vocês, por isso eu deixo os parabéns para a Amapergs.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Rodrigo Kist Engroff e à Amapergs-Sindicato. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h01min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h02min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Presidente, eu queria solicitar um minuto de silêncio, pois nós perdemos um servidor público que era muito conhecido aqui na Casa porque tinha uma militância na área da previdência, foi Diretor do Previmpa, do IPERGS, Alex Fernando Trindade, que nos deixa. Penso que esta Casa deve fazer um minuto de silêncio para lembrar a sua memória porque teve um papel importante na defesa da previdência social na nossa Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar as Sras. Vereadoras, os Srs. Vereadores, todos que nos assistem. A gente fez essa troca, eu já pedi desculpas ao Rodrigo, mas a minha fala fica porque vocês são importantíssimos para a sociedade na segurança. Estamos juntos.

O nosso amigo, aqui, já no ano passado, o Ver. Delegado Cleiton. Eu vou ser bem rápido, Delegado, porque não poderia deixar de vir aqui parabenizar por um título que parece fácil, mas é muito difícil. Eu disputei três, ganhei uma. É muito difícil jogar contra Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela. Não é fácil. Quando a gente vê a bola entrando, parece fácil, o difícil é a preparação para isso tudo. Eu quero dar os parabéns, de coração, à torcida do Grêmio. Que exemplo a torcida do Grêmio! Eu fiquei superemocionado ontem vendo o jogo, quando dava os *flashs* mostrando a cidade, a Arena, a Av. Goeth. A gente não imagina, quando a gente está dentro do campo, o que é esse exército azul. E quero dar os parabéns ao Renato, porque, como jogador, a gente é dirigido pelo treinador. Se erra, se perde, o treinador colocou errado. E o Renato ontem estava na função do treinador. Ele vem buscando esse título desde o Fluminense.

E agora ele encaixou. E gostaria de parabenizar esses jogadores que tiveram, depois do jogo eu fiquei ouvindo as falas de muitos, união, companheirismo, doação. Eu vi o Bressan machucado jogando; eu vi o Arthur chorando, querendo voltar para o campo, isso se chama, gente, garra, que é o que o torcedor pede para os jogadores dentro do campo. Por isso os jogadores responderam àquela massa ontem, os jogadores responderam aquilo que ela queria: garra, vontade, amor. Esses jogadores jogaram com muito amor. Cumprimento a direção do Grêmio que fez tudo para que o Grêmio chegasse, até a Argentina, preparado para disputar o jogo que seria o jogo dos sonhos de todos os gremistas. Importante essa preparação que a Direção deu para o Grêmio, mas lá dentro do campo é com o treinador e os jogadores. E foi o que aconteceu ontem. Por isso aconteceu aquela maravilha que todos nós vimos. Então, parabéns, Romildo, em nome de toda a Direção, o Presidente do Grêmio. Parabéns Renato, eu estava torcendo e vou torcer sempre por ti, por que jogamos juntos uns três,

quatro anos, disputamos títulos e você sempre foi leal, foi um companheiro, um cara que brigou com muito amor pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegre. Parabéns torcedor, parabéns Grêmio Foot-Ball Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Memorando nº 023/17, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação em reunião na Câmara Municipal de Esteio, a convite do Ver. Cléo Lambert, no dia 30 de novembro de 2017.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente em exercício, o nobre Ver. Mauro Pinheiro, os colegas Vereadores e Vereadoras e o público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje. Solidarizo-me com a situação difícil da Susepe. É óbvio que todos nós estamos torcendo para que sejam chamados os concursados, o mais rápido possível. Mas venho à tribuna, em nome da Bancada do PT, para falar sobre a enorme dificuldade que tem a população para acessar os serviços de Saúde na nossa Cidade, em função da má gestão de alguns, diria, instrumentos públicos ligados à área da Saúde. Recentemente, agora, o Hospital Parque Belém fechou, e, nesta semana, o Hospital Beneficência Portuguesa, que vinha, já há um bom tempo, diria, com uma péssima gestão. Embora o município de Porto Alegre, através da Secretária da Saúde, investia R\$ 1,4 milhão ao mês para poder manter o número de 116 vagas pelo SUS. Assim mesmo, a atual gestão deixou quebrar o hospital, demitiu mais de 300 servidores – agora, nesta semana, tinha só 50 servidores – e não pagou a rescisão a nenhum deles. Agora, na semana passada, em uma reunião aqui na Comissão de Saúde, dizia o diretor que tinha três pacientes baixados. Lamentavelmente, é mais um instrumento público que nós perdemos por falta de gestão – nesse caso, não foi a falta de apoio da Secretaria Municipal de Saúde. Geralmente, quando algum hospital filantrópico quer contratualizar outros serviços e o Poder Público não estende essa possibilidade, ele passa por dificuldade, mas, nesse caso, não foi, como não foi a possibilidade concreta do Hospital Parque Belém, quando o próprio Poder Público Municipal dizia que teria condições de negociar, desde que os diretores pedissem demissão, porque também se visualizava uma péssima gestão no Hospital Parque Belém. A direção não quis renunciar, preferiu fechar aquele grande instrumento hospitalar com mais de 300 leitos. Agora, mais um. Em Porto Alegre, infelizmente, nós só ouvimos falar em fechar hospital, em reduzir o atendimento à saúde da população mais pobre e que mais acessa o SUS.

Infelizmente, nós queremos aqui fazer um registro de indignação, porque tanto o Poder Público quanto o Conselho de Administração daquele hospital deveriam

ter tomado providências já há muito tempo, na medida em que esse hospital não prestava conta, não emitia relatórios, não pagava os servidores e recebia a receita municipal, mas não prestava os serviços contratualizados. Lamentavelmente, isso mereceria mais que uma auditoria, mereceria uma CPI para poder responsabilizar os responsáveis, por isso, no dia de hoje, é com profunda tristeza que nós lamentamos, porque aqueles servidores agora desamparados, sem pai, sem mãe, sem emprego, sem rescisão, estão passando por enormes dificuldades. Mais do que isso, se nós observarmos a rede básica de saúde, nós também vamos perceber, pela redução de recursos, seja ele federal ou estadual, que acaba interferindo na gestão municipal, a falta de medicamentos nos postos de saúde. E não é por acaso que centenas de cidadãos e cidadãs, que hoje estão na terceira idade, são idosos, chegam no posto de saúde para retirar um remédio controlado e não o encontram. É por isso que a população está indignada. Não é porque a Câmara Municipal não vota isso ou aquilo. É porque a gestão pública está muito mal e a população tem razão em criticar os políticos e os maus gestores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar o assunto da apresentação da força-tarefa da Polícia Civil que combate o roubo aos usuários do transporte coletivo de Porto Alegre.

Convido para compor a Mesa o Sr. Fábio Motta Lopes, Delegado de Polícia; o Sr. Carlos Henrique Braga Wendt, Delegado de Polícia; o nosso sempre Vereador Cleiton Freitas, Presidente da Associação dos Delegados e o Sr. Joerberth Nunes, Delegado de Polícia, representando a Chefia de Polícia.

O Sr. Fábio Motta Lopes está com a palavra.

O SR. FÁBIO MOTTA LOPES: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É uma honra para nós representar esse trabalho o qual o Delegado Carlos está à frente, vem coordenando há alguns meses e tem trazido resultados importantes para a sociedade da Capital. Obviamente, eu serei bastante breve, porque o Dr. Carlos, na sequência irá detalhar todo o trabalho. Não poderia também, inicialmente, deixar de agradecer ao Ver. Moisés, pela iniciativa. Minha saudação especial aos colegas da Susepe, ao pessoal da Polícia Militar, ao Ver. Cláudio, policial civil, enfim. Por que eu faço questão, Srs. Vereadores, de fazer esse registro aqui, inicial. O resultado da força-tarefa, que foi criada, no âmbito da Polícia Civil, esse trabalho só tem surtido efeitos positivos graças a um trabalho de integração. Eu vejo lá na galeria o Abade, que é vice-presidente do Sindicato dos Rodoviários, o Fagno, a Deise, Tenente Enilson, enfim, que representam, exatamente, essa integração, a que eu

faço alusão aqui, nesse primeiro momento, porque esse sim é o motivo que tem gerado esse resultado aqui extremamente positivo.

Hoje nós temos condenações, que era algo muito pouco provável, há algum tempo atrás, de indivíduos que vêm cometendo roubos, com emprego de armas de fogo, no transporte coletivo, há mais de 30 anos. Isso é raro de ver, na área jurídica, normalmente essas pessoas eram absolvidas, apesar da qualidade do trabalho de investigação que era realizado. Então, hoje como se focou – nós temos apesar de um grupo ser bastante restrito –, mas como se focou na qualidade da investigação que é produzida por policiais extremamente experientes e dedicados, que foram preparados para atuar exatamente nessa área, numa atividade que eu diria aqui, que é pioneira no Brasil. A proposta partiu do Sindicato dos Rodoviários, tem trazido todo esse resultado que o Dr. Carlos, na sequência, vai mostrar aqui os números. Eu não poderia deixar de agradecer aqui, Dr. Joerberth, em seu nome, o senhor que está representando hoje a chefia de polícia, o nosso reconhecimento, o nosso reconhecimento pelo apoio que a própria chefia vem nos concedendo para execução desse trabalho. Apesar de serem seis policiais e dois delegados, nós recebemos todo apoio adicional, toda estrutura que nos permite esclarecer de uma forma considerável, todos esses roubos ao transporte coletivo. E isso, meu presidente, e a minha saudação ao Dr. Cleiton, me permita chamar de delegado, Vereador Cleiton, presidente da Associação dos Delegados, isso tem possibilitado não só a elucidação desses crimes, que muitas vezes ficavam parados na prateleira das delegacias, pelo volume de serviço invencível que nós temos, mas também na condição de gestor, responsável pelo Departamento de Polícia Metropolitana, eu tenho sofrido uma pressão muito grande dos mais diversos municípios da região metropolitana, que querem exatamente estender esse trabalho de investigação qualificada, esse trabalho integrado para diversos Municípios, diversas cidades da região Metropolitana. E também nós recebemos contatos de integrantes, principalmente sindicatos de rodoviários de outros Estados da Federação, para levar essa ideia, como eu disse, é um projeto pioneiro no Município de Porto Alegre para outras cidades brasileiras. Mas, enfim, como eu disse no começo, não quero me estender demais, eu só queria, Dr. Carlos, parabenizá-lo pelo trabalho à frente da tarefa. Parabenizar os policiais Leandro e Karine, que representam toda essa equipe que é enxuta, mas extremamente qualificada. E, mais uma vez, em nome dos Vereadores Moisés e do nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo, que me estendeu o convite e esse espaço que foi concedido pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre para que a Polícia Civil, neste momento, apresente esse trabalho qualificado de investigação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Carlos Henrique Braga Wendt está com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE BRAGA WENDT: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Inicialmente eu queria dizer que nós havíamos trazido uma apresentação completa, com dados estatísticos, mas infelizmente, por problemas técnicos, nós não vamos conseguir fazer a apresentação, pois o arquivo é incompatível. Mas eu vou relatar aos senhores um pouco do nosso projeto. E, antes de eu começar a minha fala, eu gostaria de apresentar aos senhores dois vídeos, para vocês entenderem um pouco o motivo de a gente ter iniciado esse trabalho.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. CARLOS HENRIQUE BRAGA WENDT: Então, Srs. Vereadores, em março de 2016, o Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre procurou a Polícia Civil pedindo algumas providência do combate ao roubo a ônibus e lotações na Cidade de Porto Alegre. Em janeiro e fevereiro, nós tivemos um pico de quase quatrocentas ocorrências por mês, fatos que envolvem principalmente o trabalhador que necessita do transporte coletivo e o estudante que também muitas vezes necessita do transporte coletivo para se deslocar para os seus estabelecimentos de ensino. Então, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Transporte Coletivo e Seletivos da Capital nos procurou, na pessoa do Sandro Abbade, que hoje está presente, vice-presidente do Sindicato; do Fábio, do Denilson que são precursores nesse trabalho de segurança no transporte coletivo e nos pediu que alguma coisa fosse feita. Então, começamos a fazer essa investigação especializada com dois delegados, eu e o Delegado Carraro, e mais seis agentes. Como funciona esse trabalho? Nós criamos uma equipe especializada para fazer a investigação nesse tipo de crime. Hoje quando há um assalto no transporte coletivo em Porto Alegre, tanto o motorista, como o cobrador e os passageiros se deslocam até a 2ª Delegacia de Porto Alegre. E lá eles têm atendimento especializado, fazemos a coleta da prova para que possamos fazer a representação pelas prisões dos envolvidos e futuramente que eles possam ser responsabilizados. Acho importante destacar, como bem citou o diretor, esse é um trabalho pioneiro, no Brasil todo não há nenhum trabalho parecido. Recentemente o vice-presidente do sindicato, o Abbade, nos procurou dizendo que o sindicato de outros capitais do País estão também querendo saber como funciona esse projeto para poder implementar nas suas cidades. Tenho orgulho hoje em dizer que estamos no mês de novembro e estamos com 56 ocorrências de roubo a ônibus. Eu pergunto: é muito? Sim, o ideal é que não tivesse nenhuma. Mas se fizemos um comparativo com janeiro e fevereiro de 2016, quando tínhamos quase 400 ocorrências, isso representa uma redução de 75%. E volto a repetir: é um crime que envolve as pessoas que realmente precisam desse meio de transporte; é uma diarista que sai de casa às 6h da manhã para fazer uma faxina, ganha R\$ 80,00, R\$ 100,00, volta para casa às 18h e tem que se deparar com esse tipo de situação. Perdeu o seu dinheiro e tem que passar por todo esse constrangimento. Então, realmente foi o tipo de crime que a polícia civil se mobilizou – e quero deixar bem claro que esse trabalho está dando certo, não é porque a polícia civil está fazendo essa investigação, mas também porque temos um grupo de trabalho. Trabalhamos de forma integrada em Porto Alegre: polícia

civil, brigada militar, sindicato, funcionários, cobradores, motoristas, guarda municipal, EPTC – enfim, é um sistema de segurança pública que vem dando certo. Na data de ontem, participamos de uma reunião na Secretaria de Segurança Pública, onde o Secretário de Segurança foi procurado pelo Deputado Ronaldo Santini, em que o sindicato e os empresários da Região Metropolitana estavam pedindo que esse trabalho fosse estendido à Região Metropolitana, porque todos nós sabemos que hoje os roubos ao transporte coletivo, não só no Estado como em todo o País, vêm crescendo. São mais de 500 inquéritos remetidos, com autoria; temos condenações pesadas nesse tipo de crime. O Judiciário tem entendido que esses indivíduos têm que ter uma pena exemplar. A gente costuma dizer, muitas vezes, que ladrão de carro não tem sido preso, que traficante não tem ficado preso, mas o ladrão de ônibus, hoje, tem permanecido preso. Nós temos casos em que ladrão de ônibus e de lotação têm recebido penas de 24 anos, de 27 anos, de 18 anos, porque o indivíduo, geralmente, não rouba só um ônibus ou uma lotação, ele rouba dez ônibus, dez lotações. E o nosso paradigma, que sempre trago como exemplo, é o indivíduo lá no Beira Rio, quando começou a força-tarefa. Ele pegava o ônibus na frente do Estádio Beira Rio, anunciava o roubo, e descia no BarraShoppingSul; pegava o ônibus no BarraShoppingSul, anunciava o roubo e descia no Estádio Beira Rio. Esse indivíduo chegava a fazer oito, nove vezes a mesma coisa numa tarde, uma verdadeira sensação de impunidade. Então, o sindicato nos procurou, nós fizemos esse trabalho. Todo um trabalho de conscientização junto aos cobradores e aos motoristas, porque já havia um certo descrédito; muitos deles já não queriam comparecer à delegacia, muitas vezes por causa do atendimento que era dado. Então, resolvemos fazer esse trabalho. Hoje, o nosso Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo e Seletivo da Capital, Sandro Abbade que está aqui, é testemunha, os motoristas vão espontaneamente, pois confiam no trabalho. A gente também realiza um trabalho junto aos terminais: há mais de ano não tem linha que não circula em Porto Alegre por falta de segurança. Antigamente, se dizia que a Linha T 11 não sairia em tal dia porque não tem segurança; a Linha Icaraí não sairia porque não tem segurança. Hoje, quando tem um caso, uma situação de insegurança, nós, delegados e agentes, vamos até os terminais, conversamos com os motoristas, cobradores, pedimos um tempo e a participação deles; em seguida o problema é solucionado. Isso é importante por quê? Porque uma linha que não saí, muitas vezes faz com que milhares de trabalhadores e estudantes que ficam em casa sem poder se deslocar. A nossa preocupação é atender essas pessoas, dar um resultado. Hoje fico muito feliz em colher esses resultados. Queria saudar aqui também o Tenente Enilson, que é nosso parceiro nessa luta diária no combate ao roubo no transporte coletivo, o Leandro da força-tarefa, a Karine, inspetores que estão no dia a dia com a gente na luta, nas investigações. O nosso projeto é esse, fico também feliz em dizer mais uma vez que é um projeto pioneiro na nossa Cidade e que está servindo de exemplo para ser implementado em outras capitais do País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Há pouco tivemos uma cerimônia em que foi inaugurada a foto do nosso Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, que está de parabéns. Quero, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, colegas, funcionários, as pessoas que fazem parte da Segurança Pública do Estado, da Polícia, cumprimentar a todos que estão envolvidos e mergulhados nessa tarefa, nesse verdadeiro serviço de utilidade pública em benefício da população de Porto Alegre, no combate à criminalidade, que infelizmente assola a nossa Cidade. Ninguém mais aguenta perder para criminalidade, ninguém mais aguenta voltar para casa, depois de um dia de trabalho, e ser humilhado, atacado dentro do transporte público e ter os seus pertences, sua paz e sua segurança roubados. É a classe trabalhadora, é a classe estudantil, são os nossos jovens que estão estudando para terem um futuro melhor que estão sendo diariamente atingidos por essas ações criminosas, covardes, bem como motorista e cobradores no exercício de suas funções. Mas que notícia boa saber que já houve a redução de cerca de 40% dos assaltos nos transportes coletivos da Capital em 2017 a partir da atuação dessa força-tarefa. É um resultado animador que nos mostra que com seriedade e dedicação exclusiva feita por profissionais capacitados e focados, com a junção de forças e cooperação de todos se combate o crime. Porto Alegre necessita restaurar não só esta, mas muitas outras situações cotidianas de violências que acontecem nas ruas, nos parques, nas sinaleiras, em frente aos bancos, a qualquer hora do dia, qualquer dia da semana, em qualquer bairro. O nosso direito de ir e vir com segurança é sagrado, como cidadã, como Vereadora ligada a todas as causas e anseios da área de segurança pública, pela minha ligação pessoal com a Polícia Civil gaúcho, que me foi passada pelo meu pai, que foi Chefe de Polícia, Pedro Américo Leal, parabeno os agentes policiais por esse trabalho fundamental para Porto Alegre e também para a nossa Região Metropolitana. E registro, de coração, o quão é importante eu saber que vocês estão zelando pelos porto-alegrenses, combatendo esse tipo de crime. Eu diria e escutei atentamente as falas dos dois representantes da segurança pública aqui, que usaram integração, ação pioneira. Parabéns, é a união de forças que promoveu o sucesso desse projeto que vocês colocaram na prática. É um imenso orgulho saber que no Rio Grande do Sul nós temos uma Polícia Civil com homens tão preparados, focados, acima de siglas partidárias, ideologias políticas, pensando no bem maior que é a vida da população. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu vou falar, rapidamente, que me sinto perto do Ver. Paulinho, que

dedicou grande parte de sua vida dentro de um transporte coletivo, eu me sinto um neófito para falar que nós diariamente estamos à mercê dessa insegurança pública que existe em Porto Alegre. Também me sinto, na questão da segurança pública, um aprendiz perante essa dupla maravilhosa de Vereadores que temos aqui, a Ver.^a Comandante Nádia e a Ver.^a Mônica Leal. Temos também o Ver. Cláudio Conceição, servidor da segurança pública. Então, eu me sinto, no meu primeiro mandato, um aprendiz do assunto. Gostaria de deixar claro que me sinto realmente protegido nesta Casa por essas pessoas. Eu sou Tenente da Reserva do Exército Brasileiro, da Infantaria, então sou realmente um admirador dos valores que não só o serviço militar, os militares, mas os servidores da segurança pública, os bons servidores da segurança pública, possuem no seu dia a dia. Então eu passei por um momento muito difícil este ano, fui sequestrado, eu e um assessor aqui da Casa, e isso fez com que eu, por caminhos aí – e eu represento algumas comunidades que têm também esse problema, como a Vila dos Herdeiros, onde houve, inclusive, ônibus queimados –, tivesse contato, através desses momentos que não são muito bons de serem lembrados, com o belíssimo trabalho que vocês desenvolvem.

Então, resta a mim deixar claro que, apesar de não ter toda a experiência nesse setor como vários colegas aqui, que acumulam muito mais do que eu, eu me senti sensibilizado pelo trabalho de vocês e, na realidade, gostaria de nominar esse momento importante para aprendermos sobre o que vocês fazem, sobre a importância de permanecer e continuar essa força-tarefa para a Capital do Estado do Rio Grande do Sul; e nominar aqui o Delegado Carlos Henrique Braga Wendt, Delegado Alencar Carraro, e os agentes Karine Vargas, Leandro Adão, Marcos Barcelos, José Vargas, Rafael Magoga, Alexsandro Pindó e Cristiano Viel. Em nome da população de Porto Alegre, eu agradeço a vocês, de verdade, por tudo que vocês têm feito e tenho certeza que os 36 Vereadores se somam neste agradecimento, e o que vocês precisarem de nós estaremos aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO CONCEIÇÃO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria ressaltar a importância dessa força-tarefa, porque, de fato, hoje é uma realidade, são quase 25 anos de polícia, e trabalhando, na 22ª Delegacia de Polícia, em 2010, onde havia uma demanda muito grande de assalto a ônibus, na investigação disso, foi onde começou também meu envolvimento crescente na visão política, exatamente na necessidade que hoje está sendo extremamente suprida com o trabalho eficaz que tem sido desenvolvido pelo delegado e agentes da força-tarefa. Os dados aqui que são apresentados são extremamente animadores. Completando quase dois anos de trabalho, apresentando um resultado tão eficaz no combate à criminalidade numa área tão crucial, tão sensível, que é a área daqueles que mais necessitam, os

trabalhadores, que, depois de voltarem ou irem para seu trabalho, são surpreendidos com assaltantes e, num ímpeto, alguns reagem, porque isso de reagir ao assalto é algo extremamente normal das pessoas que são vitimadas. Então, fazendo algumas investigações, sentados dentro do ônibus, nós constatamos isso muitas vezes. E como é importante hoje ver o trabalho eficaz do resultado que está sendo realizado pela força-tarefa.

E nós não poderíamos, hoje, deixar de ressaltar a importância desse trabalho e pedir que seja ampliado, que seja fortalecido cada vez mais pelo Sr. Chefe de Polícia, que tem dado um respaldo muito importante, Delegado Emerson Wendt. Por favor, repasse e parabeneze o delegado pelo apoio que tem dado à força-tarefa. E pedimos que essa força seja ampliada, que não sejam somente seis, mas quiçá quinze, vinte, pois com tão poucos agentes temos obtido um resultado tão eficaz, imaginem se pudéssemos ter mais agentes comprometidos nessa causa tão emergencial que é realmente o ataque ao crime de roubo aos passageiros de ônibus.

Então, quero ocupar esta tribuna para ressaltar, para parabenizar os colegas, para dizer que esse trabalho não pode parar, esse trabalho precisa continuar, precisa ser fortalecido e ampliado, para que possamos colher cada vez mais frutos tão importantes como temos colhido até aqui.

E como agente dessa instituição tão importante que é a Polícia Civil, nós não podemos perder a importância de marcar posicionamento, de fortalecer a visão e o combate ao crime e, sobretudo, marcar vez e voz neste momento. Muito obrigado e parabéns aos colegas que têm feito um trabalho tão eficaz e tão delicado neste momento que estamos vendo na sociedade porto-alegrense e no Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) A nossa Constituição Federal é sábia ao dizer, no seu art. 144, que é dever do Estado a segurança pública mas que a responsabilidade é de todos. Nesse Fórum de Transporte Coletivo pudemos ver que realmente os transportes coletivos, através do Fagno, da Deise, da Juliana, do Tenente Enilson, do Leandro, do Abade, de tantas outras pessoas, realmente deu certo. Em 2012, quando assumi o comando do 19º Batalhão, responsável pela zona leste – e os colegas da Polícia Civil sabem o quanto é conflituosa é aquela área da zona leste de Porto Alegre –, nós percebemos que os ônibus que circulavam ali na nossa área do 19º Batalhão estavam sendo vitimados pelos criminosos, e as ocorrências, Delegado Fábio, eram enormes, a cada mês elas aumentavam. E, no início de 2013, eu descobri este grupo maravilhoso do transporte coletivo e disse: “A Brigada Militar não pode estar fora desse fórum”, e fomos lá trabalhar com esse grupo. A partir do momento em que a Brigada Militar entrou nesse

grupo, nós começamos a melhorar um pouco, aí vimos que ao bastava estar apenas o 19º Batalhão, porque os ônibus circulavam por toda a Capital, e começamos a envolver lentamente o 1º Batalhão, o 9º Batalhão, o 11º, o 20º, o 21º, de forma que todas as consorciadas de ônibus estivessem representadas através da Brigada Militar no Fórum de Transporte Coletivo. Mas isso não bastava, Delegado Cleiton, nós precisávamos concretizar posteriormente a prisão ou a identificação de alguns criminosos, a Policial Civil deveria estar junto conosco. E aí eu posso falar que tivemos a Delegada Rosane, o Delegado Kleber, alguns delegados que tentavam fazer parte desse grupo do Fórum de Transporte Coletivo e por conta das demandas diversas da Polícia Civil não conseguiam se ater, única e exclusivamente, aos transportes coletivos. E aí tivemos a grata satisfação, em 2015, do Delegado Fábio, do Delegado Carraro se unirem a essa grande força e comporem a força-tarefa da Polícia Civil, no que diz respeito aos roubos e aos crimes dos transportes de ônibus. E aí, meus amigos, nós vimos que a coisa melhorou. As pessoas da comunidade, os segmentos devem estar alinhados às polícias, devem estar andando de mãos dadas com a Polícia Civil, com a Brigada Militar, com a EPTC e com a Guarda Municipal para que a gente possa terminar com a criminalidade. Nós somos, a maioria, pessoas do bem. As polícias estão aqui para garantir a ordem e a proteção das pessoas. O que está faltando? Está faltando que as casas legislativas estejam junto com essas pessoas. E hoje aqui eu vejo nós juntos fazendo esse belíssimo trabalho de trazer aqui essa fala, como disse o Delegado Fábio, neste momento, pois essa força tarefa é algo inédito, não existe no Brasil. Quiçá outras polícias civis possam fazer, porque deu certo, tem dado certo e vai melhorar, cada vez mais. Ver. Conceição, fico feliz de ver a Polícia Civil aqui junto na Casa Legislativa, porque é aqui que as coisas acontecem. Temos que ter gente com legitimidade falando a respeito de segurança pública, que é algo muito caro para os porto-alegrenses e para os gaúchos. Então eu só quero parabenizar aqui a Polícia Civil, através dessa maravilhosa força de tarefa que combate os roubos e os crimes dentro dos ônibus, pela eficiência do seu trabalho. Vamos agregar ainda o assédio que as mulheres estão sofrendo. E eu acho que sim, que nós temos condições de, cada vez mais, melhorar esse serviço para a comunidade de Porto Alegre, quiçá para todo o Rio Grande do Sul. Que o Fórum de Transporte Coletivo continue. Vida longa e não abandonem esse serviço que tem sido muito bom. Parabéns a todos nós.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Estou aqui falando em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni e deste Vereador. Fico muito feliz, acho que as falas que me antecederam aqui acabam falando daquele conceito que não foi o Pronasci que instituiu, mas ele incentivava, através dos

gabinetes municipais de gestão integrada justamente, Delegado Cleiton, essa conversa e essa relação de proximidade que o aparelho de segurança do Estado deve ter com a sociedade. Isso gera informação, isso gera eficiência. É a inteligência policial utilizada não apenas no sentido de investimento em tecnologia, investimento em fontes de informação, mas através daquele usuário do transporte coletivo nesse caso, que acaba sendo acolhido, como foi relatado aqui pelo Delegado Cleiton, acaba sendo acolhido, de uma forma diferenciada, dentro da institucionalidade, e acaba ali gerando informação. Ele já não vê mais a instituição como algo que tem que desconfiar, mas algo em que confiar. E a partir daí as informações passam a ser feitas de forma mais qualificada e, portanto, a atuação dos órgãos de segurança acaba sendo mais eficaz. Então, é um pouco do conceito que trazia o Pronasci, em especial na ideia dos GGIMs.

E o transporte coletivo, a gente sabe, esse é um dos grandes problemas da Cidade no sentido de que muitas pessoas o têm abandonado. Nós tivemos, no ano passado, uma redução de 10% na quantidade de pessoas que utilizavam o transporte coletivo e passaram a utilizar o transporte individual motorizado. Um dos motivos – não há uma pesquisa para isso – certamente é a questão da segurança. Então, realmente, ter a possibilidade de se transportar na cidade através do transporte coletivo que deveria ser a prioridade da cidade sem o receio de ser assaltado ou sofrer qualquer violência é, sem dúvida, digamos assim, uma das grandes chaves para uma cidade circular melhor, movimentar-se melhor, com um trânsito mais justo. Então quero deixar a nossa saudação, a nossa satisfação em saber que há uma redução, inclusive em números, foi relatado aqui em torno de 70% a redução de casos de violência dentro do transporte coletivo. Então é com muita satisfação que escutamos isso, torcemos para que também em outras áreas essa relação de proximidade com a sociedade aconteça, para que a gente consiga efetivamente – e, Ver.^a Nádia, a senhora falou aqui – terminar com a criminalidade. A gente sabe que a criminalidade existe em todos os lugares do mundo, nos países mais desenvolvidos, menos desenvolvidos, acho que a meta tem que ser essa, terminar com a criminalidade. Acho difícil terminar cem por cento, porque o desvio da conduta humana é algo da natureza humana, mas logicamente no Brasil nós temos índices que não são toleráveis. A quantidade de homicídios, 60 mil homicídios anuais, é realmente de um país em guerra. E a gente sabe que é um país em guerra contra quem, não é? Contra, geralmente, quem está na cadeia mais fraca, contra os pobres, como colocou o Ver. Roberto Robaina, a guerra do tráfico, que acho que bem colocou quando fazíamos a saudação para a Susepe. Temos uma tarde importante aqui, estamos tratando, por coincidência, de dois temas fundamentais na área de segurança pública. Então acho que também temos que pensar nisso, temos que pensar nessa relação de proximidade. A questão da desmilitarização das forças policiais tem muito a ver com isso. Não é uma quebra de hierarquia, não é nada disso, é uma ideia mais de proximidade, de relação, de informação, quando a militarização, o mau da militarização, Ver.^a Nádia, é que justamente ela acaba gerando um treinamento para o sujeito como se ele estivesse em guerra. É esse o ponto, e as pessoas acabam confundindo o tema desmilitarização com a quebra de hierarquia, de disciplina, que são necessárias na área de segurança pública. Então é importante a gente viver também um momento em que os

conceitos possam sair dos lugar comum e possam efetivamente avançar. Não é uma questão ideológica, é uma questão de observar experiências que dão certo mundo afora e podem dar certo aqui no Brasil também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Delegado Cleiton, sempre nosso Vereador, grande parceiro e batalhador. Quero também dar os parabéns para o nosso Tenente Enilson, grande batalhador, ao Inspetor de Polícia, Leandro, à equipe de trabalho, também, junto com o Delegado Wendt, a Karine, Leandro, Marcos, José, Rafael, Alexandre e Cristiane. É muito importante, e com certeza a gente tem de parabenizar as equipes que ajudam nessa força tarefa. Boa tarde a todos que nos escutam nas galerias, ao pessoal da Casa, aos que nos escutam em Casa. Como já falou o Ver. Moises, eu mesmo, com 24 anos de profissão, de motorista, o que me orgulha muito, posso falar um pouquinho do que aconteceu nesses 24 anos. Cada vez foi piorando a situação. A situação foi se agravando cada vez mais, piorou muito através das drogas. O *crack*, quando apareceu, então, multiplicou o assalto. Hoje o indivíduo vai lá por R\$ 5,00, para comprar uma “pedra”, e mata o camarada. Ele mata dentro do ônibus, ele mata cobrador, ele mata quem estiver na frente, delegado Fábio. Para ele é lucro, ele quer é se ver livre da situação, pegar o dinheiro e fugir. Quero dar os parabéns, também, Juliana do Viva Sul. Trabalhamos juntos e ela sempre me atendeu muito bem lá no Viva Sul, sempre que precisei, para ajudar a minha turma dos rodoviários. Muito obrigado sempre, a gente tem de reconhecer isso. o pessoal do Sindicato, Abade, Balinha, que estava aí há pouco tempo, um grande abraço Abade, obrigada. Essa união, essa força tarefa que, com certeza, ajudou por demais a inibir a situação nos ônibus. Só quem trabalha no transporte coletivo sabe o que acontece, Delegado. Cleiton. Eu, mesmo, por 24 anos, graças a Deus, tive dois assaltos só. E Graças a Deus não houve violência, Deus ajudou, e a situação foi amenizada, Inspetor Conceição. Os indivíduos levaram algum dinheiro da caixa e se mandaram, graças ao nosso bom Deus. E eu sempre preocupado, naqueles segundos, por causa dos passageiros. Pensava: esses caras estão nervosos, daqui um pouco alguém se mexe, e eles não querem saber, tocam fogo mesmo. Na hora em que estão armados, eles são os caras. São machos, tomam conta, colocam o revolver na cara do motorista, do cobrador, das senhoras idosas. Quando a polícia prende eles, eles viram o que vocês já sabem, não é? “Pelo amor de Deus, meus direitos humanos, não toca em mim”. Mas, na hora da situação, delegado, na hora em que eles estão grandões ali, eles fazem miséria. Nós estamos preocupados, com certeza, com os passageiros, porque a população em massa, no dia a dia, delegados, está dentro do transporte coletivo, indo para o trabalho – como já foi dito aqui –, às vezes, só com a passagem do ônibus, mas eles não querem saber, se não tiver dinheiro eles batem no passageiro.

Graças a vocês, eu sempre fui bem atendido quando acontecia alguma coisa pela Polícia Civil e pela Brigada Militar, Tenente Enilson, muitas vezes que precisei. E, se não fossem a Brigada e a Polícia Civil, hoje, no nosso dia a dia – a gente está falando aqui de Porto Alegre, nem está falando de fora, mas de dentro da Cidade –, o que seria da população de Porto Alegre sem a nossa força-tarefa no dia a dia? Eles assaltam, isso vira rotina; mas, aí, o cobrador e o motorista já sabem a região em que eles mais estão assaltando. Às vezes, é Medianeira; às vezes, é Nonoai, às vezes, é perto da Restinga. O delegado falou aqui sobre aquela situação também de subirem no Beira-Rio e descerem no *shopping*, o que acontece muito, porque eles já para não dar a chance de serem pegos. Então eles mal assaltam, já mandam o carro parar.

Com certeza, quando chega em vocês, Delegado Carlos, em quem a gente tem a maior confiança, isso já inibe, porque o cara que assalta sempre naquela parada, como ele está acostumado, um dia, vai ser pego de surpresa. Se não houver a força-tarefa, como vocês têm feito, a população está perdida. Então a gente tem que dar o apoio total a vocês sempre que precisarem da gente – eu falo em nome da Bancada do PSB, em meu nome e em nome do Ver. Airto Ferronato. Poderia passar a tarde aqui falando sobre o trabalho de vocês, porque convivi esses anos todos e sei o que acontece. Os malandros, a esta hora, estão nas ruas, prontos para assaltar. A população sofre com isso.

A gente conta com vocês. Agradecemos por vocês estarem aqui hoje prestando esse serviço para a nossa população e nos trazendo todo esse assunto, delegado, porque quem entende do assunto são vocês, e não nós. Um grande abraço para vocês, contem com a gente. Um abraço para a Juliana e todo pessoal que estão reunidos aí – se eu esqueci de alguém, me desculpem. Contem com a gente e muito obrigado por estarem aqui.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente Mauro. Na verdade, poderia ter sido depois, mas já que fui chamada, acredito que hoje o Ver. Marcelo Sgarbossa esteja carente da minha fala para ele. Mas vou responder, não podemos deixar o nobre Vereador sem a resposta de quem há 28 anos trabalha na Brigada Militar, e, com muito orgulho, veste a farda militar. A exemplo de governos populistas que desarmaram a sua população, vem na contramão a fala da desmilitarização que o Ver. Marcelo Sgarbossa disse que tanto defende. Não só o senhor, Vereador, mas todo o seu Partido, o PT. Eu, muitas vezes, me pergunto a quem cabe essa fala da desmilitarização? O que querem esses populistas, o pessoal do PT, do PSOL e de tantos outros partidos de esquerda? O que tem por trás disso? Muitas vezes, tem a anarquia, a perda da ética, dos valores, da moral que tanto nós, militares, consagramos, e a Polícia Civil também. É a hierarquia da disciplina. A quem incomoda

nós, militares, estarmos fardados fazendo exatamente como o Tenente Enilson que está ali, muito bem postado, a segurança da nossa comunidade? O que se quer com essa desmilitarização que tanto o Vereador fala? Eu estou aqui respondendo que nós, militares, temos uma formação muito acadêmica diferente da sua ideia e de alguns de que a nossa formação é bélica, militar, isso há anos não existe. Na formação dos policiais militares, dos soldados, sargentos e oficiais, há cadeiras e disciplinas de direitos humanos, de ética, coisa que muita gente não tem. Então, a desmilitarização, o que alguns pequenos grupos gritam, como se fosse uma forma de melhorar a segurança, eu digo aos senhores, vai ser o caos. Porque nós, militares, temos uma competência única, constitucional ao lado da Polícia Civil, e que faz do nosso gaúcho ter toda a proteção e segurança que merece. Fico preocupada quando um Vereador vem a esta tribuna falar sobre uma pauta que não entende muito. Por isso, que eu, o Conceição, o Rafão, e outros tantos daqui, estudamos Segurança pública. Eu não vim aqui falar coisas que não existem. Isso está, desmilitarização, na contramão dos valores; desmilitarização está na contramão de tantas pessoas que vão às ruas pedir o retorno dos militares ao poder. Mas os militares não querem estar no poder, de forma alguma, os militares estão aqui para garantir, sim, a ordem, a decência, a moral, a ética, valores esquecidos e, muitas vezes, contraditórios nesta sociedade que está tentando se recompor. Então, não vamos ser piegas falando do que nós não sabemos. É bom, que nós estejamos juntos aos militares vendo qual é a sua formação; junto aos militares, vendo de que eles são forjados; junto aos militares que nada devem e não temem. Nós temos valores, senhores e senhoras, esses valores estão sedentos, a nossa sociedade está sedenta desses valores, dessa moral, dessa retidão de conduta. Porque, se hoje nós temos essa corrupção, é porque tem gente que está no Poder fazendo o que não deve. E lembro também, muito bem, no Governo, do Governador Olívio Dutra, do Governador Tarso Genro, ambos do PT, do seu Governo, Ver. Marcelo, que exigiu que os policiais, antes de sacar a sua arma dissessem: “Parado, Polícia, estou armado!”, na contramão da história. E lembro bem, quando nós tínhamos que atender o 190, quando uma pessoa desesperada, no outro da linha pedia auxílio e nós deveríamos atender: “Brigada Militar, Governo popular e democrático.” Isso é piada, a Brigada Militar é do Estado, não é de governos. Para encerrar, Presidente, a Brigada Militar, a Polícia Civil são do Estado do Rio Grande do Sul, está aramada para proteger a sociedade. Então, não me venha, Ver. Marcelo, aqui a esta tribuna falar sobre desmilitarização, nós exigimos respeito. E é isso que a sociedade gaúcha mostrou nos 180 anos da Brigada Militar, o respeito que tem por esta instituição, que é necessária para o povo gaúcho.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. Carlos Henrique Braga Wendt está com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE BRAGA WENDT: Ouvindo o Ver. Paulinho, que falou na questão das vítimas, que muitas vezes são humilhadas no ônibus,

eu lembrei de uma questão muito importante, que deveria ter falado ali e acabei me passando. Hoje o grande motivo do roubo a ônibus e lotação em Porto Alegre chama-se telefone celular. E para ser mais frutífera a nossa presença aqui, eu iria propor aos senhores alguma medida junto à Prefeitura, no combate aquela venda clandestina de telefone celular que existe na região do camelódromo. Hoje sem dúvida nenhuma, ali é o maior alimentador, influenciador e estimulador dos roubos a ônibus em Porto Alegre e em toda a região metropolitana. Criminosos, ladrões de carros e traficantes estão migrando para roubar ônibus, porque muitas vezes roubar ônibus rende de R\$ 4 a R\$ 5 mil, porque eles sabem que vai ter um receptor ali na região do camelódromo.

Então, aqui fica uma sugestão para que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre encaminhe alguma medida para que seja realizada uma fiscalização mais efetiva, já que a polícia civil tem feito investigações, mas que sejam feitas fiscalizações administrativas, através da SMIC, em relação àquelas vendas de telefone celular naquela região, porque hoje mesmo bloqueando, eles conseguem vender o telefone. Aquele problema que existia na Sertório, do desmanche de carro, hoje com as medidas, está mudando, por incrível que pareça, muito está mudando para a região do camelódromo, porque lá está virou desmanche de telefone celular. A vítima bloqueou o celular, o que eles fazem? Desmancham o telefone para vender a capa, vender a tela, vender a bateria. Então, fica uma sugestão, que alguma medida efetiva de fiscalização seja feita naquela região, para inibir a compra e venda de telefone celular, oriundo dos roubos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Parabenizamos, mais uma vez, a Polícia Civil, e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h10min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 16h12min): Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.)
Desiste. O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.)
Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h13min.)

* * * * *